

**MENSAGEM N° 45/14**

**Barueri, 8 de agosto de 2014.**

*Senhor Presidente,*

*Tenho a honra de remeter a V. Exa., para a alta apreciação dessa Egrégia Câmara, o anexo Projeto de Lei que autoriza o Executivo Municipal a outorgar concessão do direito real de uso de bens imóveis pertencentes ao Município de Barueri, situados em loteamentos residenciais ~~ou residenciais~~ e comerciais (uso misto), regularmente aprovados e registrados.*

*A matéria, hoje, é disciplinada pela Lei n° 1.101, de 20, de abril de 1999, com as alterações da Lei n° 1.132, de 21 de outubro de 1999, e da Lei n° 1.155, de 25 de fevereiro de 2000.*

*Após a implantação dos primeiros loteamentos residenciais do complexo Alphaville/Tamboré, com características de condomínio, vários outros empreendimentos similares foram e estão sendo executados.*

*Em todos eles, por razões de segurança, há um aparato de controle e monitoramento do acesso de veículos e pessoas, implantado em áreas objeto de concessões outorgadas pelo Município, com respaldo na lei acima mencionada, às respectivas sociedades civis representativas dos proprietários e moradores.*

*Cabe ressaltar que a Lei n° 1.101/99, conforme seu art. 1°, permite a outorga da concessão de áreas situadas exclusivamente em loteamentos residenciais.*

11:10 12/08/2014 002290 CÂMERA MUNICIPAL DE BARUERI

*Sucede, todavia, que inúmeros loteamentos residenciais que permitem, em lotes ou vias específicas, o exercício do comércio, foram aprovados pelo órgão competente da Administração Municipal.*

*De igual sorte, vários são os empreendimentos constituídos de prédios residenciais com lotes comerciais ao seu redor.*

*Nos termos da vigente legislação, nenhum desses empreendimentos podem obter concessões de áreas públicas para instalação de sistema de controle da entrada e saída de veículos e pessoas, bem como para os demais fins constantes da lei.*

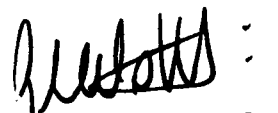
*O que se tenciona, pois, com a presente propositura, além de consolidar em um só texto a legislação pertinente, é que a lei abranja também os loteamentos de uso misto (residenciais e comerciais), pelos motivos expressos em seu art. 3º.*

*De se evidenciar que o deferimento dos pedidos de concessão está, em quaisquer dos casos, na dependência de parecer favorável e aprovação da Secretaria de Planejamento e Urbanismo que, para tanto, se necessário, poderá ouvir os demais órgãos da Administração, sobretudo no tocante à mobilidade urbana, segurança, meio ambiente e afins.*

*Tal circunstância, como é certo, permitirá que os interesses da Municipalidade, outorgante de concessão, sejam sempre preservados e respeitados.*

*A medida é de caráter urgente, razão pela qual solicito seja dada a ela o tratamento a que faz alusão o art. 61, § 1º da Lei Orgânica do Município.*

*Valho-me do ensejo para saudar cordialmente Vossa  
Excelência e seus Nobres Pares, reiterando meus protestos de apreço e  
distinta consideração.*



**GILBERTO MACEDO GIL ARANTES**  
*Prefeito Municipal*

**Exmo. Sr.**  
**FRANCISCO DOS REIS VILELA**  
**Presidente da Câmara Municipal de**  
**BARUERI**